



# O Banco Interamericano de Desenvolvimento como promotor de ideias e políticas no Brasil: uma análise a partir do Programa Cidades Emergentes e Sustentáveis

*The Inter-American Development Bank as a promoter of ideas and policies in Brazil: an analysis based on the Emerging and Sustainable Cities Program*

Aline Chianca Dantas<sup>1</sup> 

Stella Paterson de Carvalho Pontes<sup>2</sup> 

Kauê Ian Nishi Gaebler Zoccoli<sup>3</sup> 

Lara Diniz Araujo<sup>4</sup> 

DOI: 10.22478/ufpb.2525-5584.2024v9n2.67927

Recebido em: 25/11/2023

Aprovado em: 26/05/2025

**Resumo:** Tendo em vista a destacada presença do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) na América Latina e Caribe, esta pesquisa visa compreender o papel da referida instituição financeira na promoção do Programa Cidades Emergentes e Sustentáveis (CES) no Brasil. Parte-se de uma análise teórica de transferência de políticas e estudos sobre o comportamento de organizações internacionais, a fim de explorar as distintas etapas do Programa nas seis cidades brasileiras que o implementaram, quais sejam, Florianópolis, Goiânia, João Pessoa, Palmas, Três Lagoas e Vitória. São discutidos os Planos de Ação, o desempenho das Redes de Monitoramento Cidadão (RMCs) e, quando identificados, os projetos implementados e seus respectivos resultados. Ademais, faz-se uma análise detalhada do caso de João Pessoa, em virtude da continuidade do Programa

---

<sup>1</sup> Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – E-mail: alinechiancadantas@gmail.com

<sup>2</sup> Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – E-mail: stellapcp@gmail.com

<sup>3</sup> Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – E-mail: kaue.ingz@gmail.com

<sup>4</sup> Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – E-mail: laradiniz22ld@gmail.com

**Dantas et al. *O Banco Interamericano de Desenvolvimento como promotor de ideias e políticas no Brasil: uma análise a partir do Programa Cidades Emergentes e Sustentáveis.***

nesta cidade. Conclui-se que o CES se difundiu rapidamente pelas cidades brasileiras, mas sem o devido monitoramento das ações previstas e avaliação do Programa.

**Palavras-chave:** Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); Programa Cidades Emergentes e Sustentáveis (CES); transferência de políticas; Brasil.

**Abstract:** Considering the outstanding presence of the Inter-American Development Bank (IDB) in Latin America and the Caribbean, this research aims to understand the role of the referred financial institution in promoting the Emerging and Sustainable Cities Program (ESC) in Brazil. It starts with a theoretical analysis of policy transfer and studies on the behavior of international organizations, in order to explore the Program's different stages in the six Brazilian cities which implemented it, namely, Florianópolis, Goiânia, João Pessoa, Palmas, Três Lagoas and Vitória. The paper discusses Action Plans, Citizen Monitoring Networks' (CMN) performance and, when identified, the projects implemented and their respective results. Furthermore, a detailed analysis of the João Pessoa case is made, due to the continuity of the Program in this city. We conclude that ESC spread quickly throughout Brazilian cities, but without proper monitoring of the planned actions and Program evaluation.

**Keywords:** Inter-American Development Bank (IDB); Emerging and Sustainable Cities Program (ESC); policy transfer; Brazil.

## 1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a busca pelo desenvolvimento urbano sustentável tem ganhado centralidade nas agendas internacionais, refletindo a crescente preocupação com os impactos ambientais, sociais e econômicos da urbanização acelerada. Documentos como a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e a Nova Agenda Urbana, ambos promovidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), reconhecem as cidades como espaços estratégicos para enfrentar os desafios globais, promovendo inclusão social, resiliência climática e crescimento econômico equitativo. Nesse contexto, as organizações internacionais (OIs) desempenham um papel fundamental no apoio à formulação de políticas públicas, no fortalecimento institucional e no financiamento de projetos urbanos sustentáveis.

É nesse cenário que se insere o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), instituição que desde 1959 tem atuado na América

**Dantas et al. *O Banco Interamericano de Desenvolvimento como promotor de ideias e políticas no Brasil: uma análise a partir do Programa Cidades Emergentes e Sustentáveis.***

Latina e Caribe (ALC) promovendo empréstimos, subsídios e cooperação técnica (BID, 2023a). Em consonância com sua presença histórica na região e em observância do crescimento das cidades latino-americanas, a partir de 2010 o BID passou a promover o Programa Cidades Emergentes e Sustentáveis (CES)<sup>5</sup>, destinando suporte técnico e financeiro a governos subnacionais para a formulação e implementação de Planos de Ação voltados para o desenvolvimento sustentável de seus municípios (BID, 2013a; Plano de Ação João Pessoa Sustentável, 2014). No Brasil, as cidades que aderiram ao programa, por ordem cronológica, foram as seguintes: Goiânia, em 2011; João Pessoa, Palmas, Vitória e Florianópolis, em 2013; e Três Lagoas, em 2015.

A partir disso, este artigo busca compreender o papel do BID na promoção do Programa Cidades Emergentes e Sustentáveis no Brasil, investigando como se deu a implementação do Programa nas seis cidades brasileiras que o adotaram e quais foram seus resultados. A pesquisa foi motivada pelo envolvimento profissional de um dos autores<sup>6</sup> com a implementação do programa na cidade de João Pessoa, complementado pelo interesse dos demais pesquisadores na difusão do programa no Brasil, especialmente sob a perspectiva das políticas públicas.

Com base nessa experiência prévia a respeito do programa, partiu-se da hipótese de que o BID tem influenciado as políticas públicas das cidades envolvidas no CES por meio da difusão de uma metodologia de ação padronizada, mas sem a devida contextualização local ou avaliação de resultados alcançados pelo programa. Em relação ao método, a pesquisa se utiliza de estudos de caso comparados, a partir da implementação do programa nas cidades, havendo maior detalhamento no caso de João Pessoa, em razão da experiência profissional mencionada anteriormente e da continuidade do programa neste município após a vigência do CES, o que permitiu uma maior disponibilidade de dados e fontes para análise.

Em relação à metodologia, utiliza-se o método da congruência de George & Bennet (2005), que consiste em iniciar a investigação com uma

<sup>5</sup> Anteriormente conhecido como Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES).

<sup>6</sup> Aline Chianca Dantas trabalhou como assistente de pesquisa do CES na área de segurança pública, na cidade de João Pessoa, entre 2013 e 2014.

**Dantas et al. *O Banco Interamericano de Desenvolvimento como promotor de ideias e políticas no Brasil: uma análise a partir do Programa Cidades Emergentes e Sustentáveis.***

teoria e observar a sua capacidade de explicar o resultado em um caso particular, com base na relação entre a variável independente e dependente. Portanto, partiu-se da abordagem teórica acerca das organizações internacionais, a fim de analisar a influência do BID por meio do CES nas distintas cidades em que foi implementado. Busca-se compreender os resultados e compará-los, averiguando se há congruência com as expectativas e previsões teóricas.

A pesquisa, então, baseia-se em fontes primárias como relatórios e comunicados de imprensa do BID, notícias dos sites oficiais das prefeituras, os Planos de Ação (PAs) desenvolvidos para as cidades pelo BID em conjunto com as prefeituras, e, por fim, os Relatórios Anuais de Progresso dos Indicadores (RAPIs) e Pesquisas de Opinião Pública (POPs), quando realizados. Já as fontes secundárias abrangem artigos pertencentes à literatura sobre transferência de políticas públicas e organizações internacionais (OIs), bem como sobre a atuação do BID na região e o CES e sua implementação nas cidades brasileiras<sup>7</sup>.

Os artigos foram filtrados utilizando os portais de periódico Google Scholar e Jstor, a partir da combinação das palavras-chave “BID”, “América Latina”, “Brasil”, “*Emerging and Sustainable Cities Initiative*”, “*Emerging and Sustainable Cities Program*”, “Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis”, “Programa Cidades Emergentes e Sustentáveis”, “CES”, “João Pessoa”, “Florianópolis”, “Goiânia”, “Palmas”, “Três Lagoas” e “Vitória”. Foram encontrados poucos resultados, os quais os autores selecionaram para investigação. Como consequência da análise bibliográfica realizada, pode ser citada a falta de dados sobre a implementação do programa nas cidades, o que explica a necessidade de utilização de fontes oficiais para a melhor compreensão e reflexão crítica sobre o CES no Brasil.

Por fim, aponta-se que o artigo é dividido em três partes. A primeira destina-se à discussão teórica do papel das organizações internacionais para a circulação de ideias e políticas. A segunda é direcionada à apresentação do

---

<sup>7</sup> É pertinente ressaltar que a coleta e análise de dados foi realizada até setembro de 2023, quando o presente artigo foi submetido para avaliação. A partir da aprovação em 2025, foram feitos alguns ajustes e atualizações de informações.

**Dantas et al. O Banco Interamericano de Desenvolvimento como promotor de ideias e políticas no Brasil: uma análise a partir do Programa Cidades Emergentes e Sustentáveis.**

BID e sua atuação regional, bem como à explicação do CES e sua implementação nas cidades brasileiras. Já a terceira é dedicada à análise da difusão do CES no Estado brasileiro sob o ponto de vista das políticas públicas, com aprofundamento no caso de João Pessoa, o qual ilustra os pontos argumentados. Por último, são feitas as considerações finais da pesquisa.

## **2. ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS COMO AGENTES DE CIRCULAÇÃO DE IDEIAS E POLÍTICAS: UMA REFLEXÃO SOBRE O PAPEL DO BID**

A partir de uma breve análise histórica do papel das organizações internacionais no campo da transferência de políticas, Hadjiisky (2021) relembra a relevância que possuem desde 1945 e como tiveram sua atuação intensificada a partir de 1980. Nessa época, a democratização dos Estados latino-americanos também favoreceu a atração internacional para a região e fomentou o processo de transferência de políticas (Saraiva, Jajamovich & Silvestre, 2021).

A esse respeito, Stone, Pal e Oliveira (2021) relatam estudos no nível macro das instituições promotoras de transferência, observando estratégias, mecanismos de condicionalidade, promoção de modelos e financiamento direto, porém, apontam que faltam análises mais organizadas sobre microdinâmicas de ação. Esta pesquisa pretende verificar esse caminho mais detalhado de ação, ao observar os atores envolvidos nas transferências de políticas, seus papéis, interesses, atuações e resultados alcançados, embora reconheça os desafios existentes em termos de disponibilidade de informação.

A fim de contribuir para as reflexões teóricas deste estudo, são lançadas duas perguntas centrais: a) qual o papel das OIs na transferência de políticas? e b) as OIs favorecem a padronização (disfuncional) de políticas? (Hadjiisky, 2021). Com base nesses pontos, busca-se compreender o comportamento do BID na implementação do Programa CES no Brasil.

Em relação ao primeiro questionamento, a literatura aponta que as OIs podem ser compreendidas como locais de geração de conhecimento, por meio da organização de eventos globais e produção de relatórios, configurando-se como repositórios de *expertise* e memória institucional (Pal como citado em

**Dantas et al. O Banco Interamericano de Desenvolvimento como promotor de ideias e políticas no Brasil: uma análise a partir do Programa Cidades Emergentes e Sustentáveis.**

Hadjiisky, 2021). Além disso, podem atuar como agentes de transferência, bem como assumir o papel de plataformas de encontro entre consultores, autoridades locais e tecnocratas, onde compartilham entre si conhecimento e soluções sobre problemas públicos (Stone, Pal & Oliveira, 2021).

Outrossim, as Ols são consideradas modeladoras de agendas, tornando os problemas políticos inteligíveis, gerenciáveis e enquadrando-os juntamente com soluções e instrumentos pertinentes (Dolowitz, Hadjiisky & Normand como citado em Hadjiisky, 2021). Desse modo, as Ols podem promover agendas amplas, como a dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), ou instrumentos específicos, como orçamento participativo e transferência de renda (Stone, Pal & Oliveira, 2021).

Em resumo, as Ols engajam-se na transferência de políticas oferecendo assistência técnica, produção de conhecimento e *benchmarking*, promovendo encontros com autoridades políticas, burocratas e demais líderes, bem como workshops, visitas de campo e capacitações; e exercendo *advocacy* (estratégias persuasivas que envolvem discursos e dados) para estimular a adoção de modelos, ferramentas específicas, instrumentos e melhores práticas de políticas por parte de governos e da sociedade civil. Assim, ressaltam-se suas funções normativa, operacional, técnica e de monitoramento (Stone, Pal & Oliveira, 2021; Faria, 2018).

Porém, apesar de sua destacada capacidade de influência, é válido ressaltar que as Ols não interferem sozinhas no processo de transferência de políticas, pois existem outros atores relevantes envolvidos, como burocratas e agentes estatais e não estatais. Esse aspecto é pertinente para se compreender como determinada política surge em uma localidade.

Apresentado o papel que as Ols exercem no campo da transferência de políticas, é necessário ressaltar seu impacto nas distintas etapas do ciclo da produção de políticas públicas, quais sejam: I) a definição de agenda, II) formulação da política, III) tomada de decisão política, IV) implementação e V) avaliação (Howlett, Ramesh & Perl, 2013). Na primeira etapa, é notável a capacidade de influência de certos temas sobre a agenda governamental

**Dantas et al. *O Banco Interamericano de Desenvolvimento como promotor de ideias e políticas no Brasil: uma análise a partir do Programa Cidades Emergentes e Sustentáveis.***

nacional e local , tais como a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável e os ODS.

Outrossim, as OIs podem interferir na definição e formulação de ideias e políticas dos governos ao auxiliá-los a descobrirem as suas próprias necessidades, apresentando soluções por meio do que se conhece como “boas práticas” (Simons & Voß como citado em Hadjiisky, 2021). Nesse sentido, é válido considerar que a agenda é formada conforme a janela de oportunidade política e capacidade de aproveitamento de temas, e não necessariamente da necessidade ou urgência da questão, como demonstrado por Kingdon (1984) como citado por Howlett, Ramesh & Perl (2013). Por fim, no que se refere às fases de implementação e avaliação, as OIs são demandadas em decorrência da assistência técnica e financeira ofertada (Faria, 2018).

Todos os aspectos citados sobre a atuação das OIs e especialmente a forma como elas influenciam as distintas fases das políticas públicas são fundamentais para uma boa compreensão da promoção do CES e do papel do BID no Brasil. Além disso, as discussões expostas até então conduzem o pesquisador a refletir sobre o segundo questionamento posto no início desta seção, ou seja, as OIs seriam promotoras de padronização disfuncional de políticas? Se por um lado as OIs são difusoras de inovação, permitindo o avanço dos Estados em suas próprias demandas, elas também podem reforçar modelos *top-down* e um ciclo vicioso de reprodução de transferências, gerando convergência de políticas e padronização (Hadjiisky, 2021; Faria, 2018).

Ao analisar as disfunções advindas da cultura burocrática das OIs, Barnett e Finnemore (1999) apontam como desafios o universalismo burocrático<sup>8</sup>, que está associado à criação de fórmulas e padrões gerais, a normalização de desvio<sup>9</sup> e o insulamento burocrático<sup>10</sup>, que são ferramentas analíticas relevantes para esta pesquisa. Além disso, é fundamental recordar a

---

<sup>8</sup> O universalismo burocrático consiste no desenvolvimento de regras e categorias universais que não necessariamente consideram preocupações locais ou particulares (Barnett & Finnemore, 1999).

<sup>9</sup> Refere-se a situações nas quais exceções às regras se tornam parte dos procedimentos normais ou rotineiros (Barnett & Finnemore, 1999).

<sup>10</sup> O insulamento burocrático trata-se do desenvolvimento de cultura interna que não está em consonância com os interesses dos atores externos envolvidos com a organização, mesmo que a instituição tenha como missão servi-los (Barnett & Finnemore, 1999).

**Dantas et al. *O Banco Interamericano de Desenvolvimento como promotor de ideias e políticas no Brasil: uma análise a partir do Programa Cidades Emergentes e Sustentáveis.***

possibilidade de influência de uma potência sobre as ações de uma OI, gerando uma disfunção. No caso em análise, pode-se pensar sobre o BID e a relação com os EUA, considerando que o país é o principal acionista do Banco.

Desse modo, não se pretende apenas descrever o processo de transferência da política, mas também investigá-lo, buscando entender por que ocorre a transferência, quem está envolvido e seus resultados, com base nos ensinamentos de Dolowitz e Marsh (2000). Nesse sentido, a próxima parte deste estudo permitirá perceber em que consiste o CES no Brasil e, a partir disso, serão elucidados os aspectos teóricos debatidos.

### **3. A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA CIDADES EMERGENTES E SUSTENTÁVEIS (CES) DO BID NO BRASIL**

#### **3.1. *O BID e o Programa Cidades Emergentes e Sustentáveis (CES)***

O Banco Interamericano de Desenvolvimento<sup>11</sup> é uma organização financeira multilateral criada em 1959 que busca melhorar a qualidade de vida da América Latina e do Caribe (ALC) por meio de financiamento a projetos em prol do desenvolvimento econômico, social e institucional (BID, [2025]). Sendo uma organização internacional, o BID exerce distintos papéis na América Latina e Caribe e detidamente no Brasil, produzindo conteúdos, influenciando agendas e apresentando boas práticas em distintas áreas, no caso em análise, no âmbito do desenvolvimento urbano e sustentável. Sendo assim, o BID é conhecido por promover projetos regionais, guiando-se pela lógica de desenvolvimento associada à América Latina (Bull & Bøaßs, 2003).

A elevada presença da referida instituição na região é evidenciada pelo volume de financiamentos aprovados, pela diversidade de setores atendidos e pela capilaridade de suas operações nos países-membros. Por exemplo, em 2024, o BID (2025, p. 21) aprovou ao todo aproximadamente US\$26 bilhões<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> “As três entidades que compõem o BID são o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Corporação Interamericana de Investimentos (BID Invest), ambas organizações públicas internacionais, e o Fundo Multilateral de Investimentos (BID Lab), que é um fundo fiduciário administrado pelo BID” (BID, 2025, p. 1).

<sup>12</sup> O BID aprovou US\$12 bilhões em financiamento para 95 projetos com garantia soberana, o BID Invest assegurou outros US\$9.8 bilhões em compromissos, e, por fim, o BID Lab aprovou US\$107 milhões para 72 projetos (BID, 2025, P. 19).

**Dantas et al. *O Banco Interamericano de Desenvolvimento como promotor de ideias e políticas no Brasil: uma análise a partir do Programa Cidades Emergentes e Sustentáveis.***

em financiamentos para a região, em setores como reforma política, desenvolvimento urbano e habitação, energia, e investimento social (BID, 2025, p. 20). Em termos de sua abrangência, a carteira ativa do Banco englobava 606 projetos com garantia soberana em execução, com um saldo de US\$ 33,8 bilhões a desembolsar (BID, 2025, p. 21).

Quando se observa a forma como a organização financeira é percebida socialmente, Nelson (2000) afirma que há um baixo nível de contestação social, sendo vista, de forma geral, como uma autoridade na região latino-americana (Andrade, 2017, p. 24), embora existam movimentos sociais críticos à sua atuação, como grupos ambientais e movimentos de agricultores (Rede Jubileu Sul Brasil, 2020; Bull & Bøašs, 2003). Além disso, uma questão estratégica para o BID tem sido se diferenciar do Banco Mundial, enfatizando uma versão suave do neoliberalismo, apesar dos questionamentos sobre a imparcialidade e influência política do Banco no que tange a seus projetos regionais (Bull & Bøašs, 2003).

No que se refere ao relacionamento do BID com o Brasil, pode-se dizer que, historicamente, a União, os estados e os municípios brasileiros mantêm uma relação muito próspera com a organização, visto que o país ocupava a primeira posição no ranking de países-alvo de seus projetos em 2023 (BID, [2023b]). A partir disso, é possível compreender a aderência brasileira ao Programa Cidades Emergentes e Sustentáveis (CES) do BID, o qual consiste em uma assistência técnica de caráter não reembolsável, voltada a promover o desenvolvimento urbano latino-americano pautado pela sustentabilidade<sup>13</sup> (Plano de Ação Goiânia Sustentável [PA Goiânia], 2012; Plano de Ação Palmas Sustentável [PA Palmas], 2015).

O programa, anteriormente denominado Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES), foi lançado em 2012, para apoiar pelo menos 22 cidades

---

<sup>13</sup> Sob a perspectiva do Programa: “Uma cidade sustentável é aquela que oferece alta qualidade de vida a seus habitantes, sem comprometer os recursos e possibilidades de futuras gerações. É uma cidade com infraestrutura em escala humana, que minimiza seus impactos sobre o meio natural e é capaz de se adaptar à mudança do clima. Ela conta também com um governo local com capacidade fiscal e administrativa para manter o seu crescimento econômico e para conduzir suas funções urbanas com participação ativa da sociedade” (Plano de Ação João Pessoa Sustentável [PA JP], 2014, p. 32).

**Dantas et al. *O Banco Interamericano de Desenvolvimento como promotor de ideias e políticas no Brasil: uma análise a partir do Programa Cidades Emergentes e Sustentáveis.***

emergentes<sup>14</sup> de médio porte<sup>15</sup> na região, uma por país, na identificação, priorização e financiamento inicial de setores e ações que conduzissem ao desenvolvimento sustentável (BID, 2016a, p. 3). A escolha por cidades médias foi realizada a partir do entendimento de que o Banco poderia agregar mais valor às cidades ajudando a evitar o crescimento não planejado, em vez de mitigar as consequências posteriormente (BID, 2016a, vii).

A esse respeito, o processo de seleção da cidade se inicia com a formalização de sua candidatura através de uma Carta de Compromisso (Medeiros, 2020), e, após o seu aceite, a cidade realiza um contrato com o Banco, no qual é estabelecido o cronograma de atividades para a realização das cinco fases do programa (Oliveira, 2016), com duração estimada de quatro anos ao todo. A primeira fase é a de análise e diagnóstico e a última é de monitoramento, conforme ilustrado a seguir:

---

<sup>14</sup> Cidades que demonstrassem um crescimento populacional positivo considerando os últimos períodos intercensitários, e que apresentassem, adicionalmente, uma série de indicadores em evolução: (I) crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), segundo o PNUD; (II) crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) per capita; (III) qualidade institucional e governabilidade, avaliadas a partir de pesquisa realizada com especialistas do BID e avaliação da existência de experiência com o próprio Banco (Plano de Ação João Pessoa Sustentável, 2014, p. 27).

<sup>15</sup> Eram consideradas cidades médias de acordo com uma faixa de população, a partir de características específicas de cada país da ALC. No caso do Brasil, uma cidade média era considerada aquela caracterizada por uma população entre 100 mil e dois milhões de habitantes, de acordo com o IBGE (Plano de Ação João Pessoa Sustentável, 2014, p. 27).

Dantas et al. *O Banco Interamericano de Desenvolvimento como promotor de ideias e políticas no Brasil: uma análise a partir do Programa Cidades Emergentes e Sustentáveis.*

**Figura 1:** Fases de implementação do Programa Cidades Emergentes e Sustentáveis (CES)



**FONTE:** Plano de Ação João Pessoa Sustentável [PA JP], 2014, p. 32).

Em termos de metodologia, o núcleo do programa se concentra nas etapas de: I) análise e diagnóstico, II) priorização e III) elaboração do Plano de Ação da cidade, realizados ao longo de um ano. A primeira fase permite a identificação e avaliação da situação dos principais setores da cidade a partir de três dimensões: I) sustentabilidade ambiental e mudança climática, II) sustentabilidade urbana, e III) sustentabilidade fiscal e governança (PA JP, 2014; BID, 2016a).

A partir disso, busca-se estabelecer a ordem de prioridade dos temas críticos para a sustentabilidade da cidade e identificar as soluções técnicas concretas a serem implementadas, bem como possíveis fontes de financiamento, na fase de pré-investimento (PA JP, 2014, p. 33). Por fim, na sua última etapa, o programa previa um sistema de monitoramento da sustentabilidade nas cidades, a fim de acompanhar o progresso dos compromissos e das metas definidas nos respectivos Planos de Ação (Plano de Ação Goiânia Sustentável [PA Goiânia], 2011, p. 61). Tal sistema seria gerido por Redes de Monitoramento Cidadão (RMCs), compostas pela sociedade civil local de cada cidade, as quais funcionariam de forma

**Dantas et al. *O Banco Interamericano de Desenvolvimento como promotor de ideias e políticas no Brasil: uma análise a partir do Programa Cidades Emergentes e Sustentáveis.***

independente e autônoma, com a intenção de fortalecer uma cultura de prestação de contas e participação cidadã.

Esperava-se das RMCs a realização de três exercícios: Relatório Anual do Progresso dos Indicadores (RAPI); realização de Pesquisa de Opinião Pública (POP); e Avaliação de Políticas Públicas (a partir do RAPI e da POP). Nesse sentido, observa-se que foram criadas RMCs para todas as cidades em 2017, sendo compostas por organizações da sociedade civil, iniciativa privada, imprensa e meio acadêmico (BID, 2017), com o objetivo de acompanhar sua sustentabilidade de forma técnica e imparcial (Relatório Anual do Progresso dos Indicadores João Pessoa [RAPI JP], 2017). A instituição parceira e agência executora escolhida pelo BID em 2016 para o desenvolvimento das RMCs foi a Baobá – Práticas Sustentáveis (BID, 2017; RAPI JP, 2017).

Explicado o CES e sua metodologia, a próxima seção se dedica a analisar como se deu a implementação do programa nas seis cidades brasileiras contempladas por ele.

### *3.2. A implementação do Programa Cidades Emergentes e Sustentáveis (CES) nas cidades brasileiras*

A partir dos critérios de cidades emergentes e de médio porte estabelecidos pelo programa, foram encontrados 263 municípios brasileiros que se encaixavam nessa faixa de população e perfil socioeconômico em 2010 (PA JP, 2014, p. 27). Em seguida, foi utilizada uma abordagem regional na escolha das cidades, isto é, que permitisse ampliar a abrangência<sup>16</sup> do leque de escolhas de cidades localizadas em diferentes regiões do país, e, assim, criar diferentes experiências na busca da sustentabilidade urbana (PA JP, 2014, p. 28).

A primeira cidade a ser contemplada pelo CES foi Goiânia (GO) em 2011 (PA Goiânia, 2012). A fase de análise e diagnóstico, realizada por

---

<sup>16</sup> A partir desta primeira abordagem, utilizada para construir uma primeira lista de cidades para a etapa piloto da ICES, notou-se que as cidades que apareceram nas primeiras posições do ranking estavam concentradas nas regiões Sul e Sudeste do país. Seguir esse resultado como critério das cidades levaria à continuidade da concentração histórica dos investimentos e atenções a essas regiões (PA JP, 2014, p. 27).

**Dantas et al. *O Banco Interamericano de Desenvolvimento como promotor de ideias e políticas no Brasil: uma análise a partir do Programa Cidades Emergentes e Sustentáveis.***

especialistas e equipes técnicas da prefeitura e do BID, com apoio da Federação da Indústria do Estado de Goiás (FIEG), Universidade Federal de Goiás (UFG) e organizações não governamentais revelou que Goiânia apresentava desafios relacionados à vulnerabilidade a desastres naturais, esgotamento sanitário, má qualidade do ar, poluição acústica, e escassez de diversidade econômica, emprego e conectividade, e falta de transparência (PA Goiânia, 2012, p. 7). A partir disso, foram detectadas seis áreas de ação prioritárias: I) transporte público e mobilidade urbana, II) competitividade e conectividade, III) modernização da gestão pública – gestão por resultados; IV) segurança pública; V) gestão da expansão urbana, e VI) gerenciamento de desastres e adaptação às mudanças climáticas (PA Goiânia, 2012, p. 8).

O Plano de Ação de Goiânia não definiu necessidades de investimento porque foi elaborado quando a metodologia ainda estava em fase piloto (BID, 2016a, p. 28), impossibilitando a etapa de pré-investimento. No que se refere à fase de monitoramento da sustentabilidade da cidade, foram produzidos o Relatório de Progresso dos Indicadores e a Pesquisa de Opinião Pública da cidade em 2017 (RAPI Goiânia, 2017; POP Goiânia, 2017), mas esses documentos não foram atualizados posteriormente.

A segunda cidade brasileira contemplada pelo programa, em 2013, foi João Pessoa (PB), a primeira a lançar seu Plano de Ação no âmbito de uma parceria entre o BID e a Caixa Econômica Federal (PA JP, 2014, p. 9). A fase de diagnóstico da cidade revelou altos índices de desigualdade urbana, uma infraestrutura deficitária e alta propensão a riscos ambientais e climáticos, principalmente inundações fluviais e deslizamentos (PA JP, 2014, p. 75). Ademais, apontou-se a necessidade de melhoria do desempenho econômico da cidade, a fim de garantir condições de acesso a emprego e renda à sua crescente população (PA JP, 2014, p. 25).

Em seguida, a fase de priorização propôs 60 ações intersetoriais a serem realizadas em seis temas: I) desigualdade urbana e uso do solo/ordenamento territorial; II) gestão pública moderna/gestão do gasto público; III) competitividade da economia/emprego; IV) segurança; V) mitigação da mudança climática/vulnerabilidade a desastres; e VI) mobilidade e

**Dantas et al. *O Banco Interamericano de Desenvolvimento como promotor de ideias e políticas no Brasil: uma análise a partir do Programa Cidades Emergentes e Sustentáveis.***

transporte (PA JP, 2014, p. 16). Na terceira fase, foi traçado o Plano de Ação para a cidade, e na quarta fase, foi concebido o Plano de Investimentos para a realização das ações previstas entre 2014 e 2018, que totalizava R\$1,37 bilhão, sendo a maior parte (R\$1,1 bilhão) desses recursos destinada apenas para os temas 1 e 6 (PA JP, 2014, n. p.). Segundo o planejado, previa-se o gasto de R\$117 milhões no pré-investimento, e para a execução do Plano nos três anos seguintes, estimava-se o investimento de R\$1,25 bilhão<sup>17</sup>.

Em termos de monitoramento, a Comissão Executiva da Rede de Monitoramento Cidadão (RMC) criada para a cidade era composta por uma organização não governamental, uma federação industrial e um representante da Academia, respectivamente: a ESSOR Brasil, a Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) (RAPI JP, 2017). No âmbito da RMC, foram elaborados um Relatório de Indicadores (RAPI JP, 2017) e uma Pesquisa de Opinião Pública (POP JP, 2017). Além disso, previa-se a interface online da RMC (POP JP, 2017, p. 103), entretanto, não foram encontradas informações sobre sua realização, sugerindo que esta não se concretizou; e tampouco houve um relatório de Avaliação de Políticas Públicas.

Outras cidades que também aderiram ao programa em 2013 foram Florianópolis (SC), Palmas (TO) e Vitória (ES) (BID, 2013c). O diagnóstico de Vitória mostrou que esta cidade apresentava a maior renda per capita entre as capitais do país, um alto Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e, entre as cidades abarcadas pela iniciativa, os melhores indicadores segundo a metodologia CES (Plano de Ação Vitória Sustentável [PA Vitória], 2015). Apesar disso, ainda lidava com desafios e possuía espaço para melhorias, sendo considerados estratégicos quatro temas: I) mobilidade/transporte; II) segurança; III) uso do solo/ordenamento territorial; IV) competitividade da economia (PA Vitória, 2015, p. 131). Em relação aos investimentos, o Plano de

---

<sup>17</sup> Quanto à fonte de financiamento, a estratificação do investimento se daria da seguinte forma: R\$663 milhões como aporte da CAIXA; R\$230 milhões do BID; R\$230 milhões do município de João Pessoa (como contrapartida do BID); R\$64 milhões de fonte não identificada; R\$52 milhões provenientes do Governo Federal, por meio do Programa Nacional de Apoio à Modernização Administrativa e Fiscal (PNAFM); e, por fim, R\$15 milhões seriam recursos próprios do município de JP (PA JP, 2014, n. p.).

**Dantas et al. *O Banco Interamericano de Desenvolvimento como promotor de ideias e políticas no Brasil: uma análise a partir do Programa Cidades Emergentes e Sustentáveis.***

Ação previa o gasto total de R\$3,10 bilhões (PA Vitória, 2015, p. 197), sendo R\$132,6 milhões de pré-investimento (PA Vitória, 2015, p. 198).

A destinação dos recursos se daria às seguintes linhas estratégicas: I) polo de geração de desenvolvimento; II) desenvolvimento urbano, uso do solo e habitat urbano; III) mobilidade e transporte; IV) desenvolvimento ambiental sustentável; V) segurança cidadã; VI) governança e sustentabilidade fiscal (PA Vitória, 2015, p. 155). Em termos de monitoramento, foram elaborados tanto o RAPI (RAPI Vitória, 2017) quanto a POP (POP Vitória, 2017) para a cidade, os quais, entretanto, não foram renovados anualmente.

Quanto a Florianópolis, seu diagnóstico revelou que, embora apresentasse bons índices de desenvolvimento e de qualidade de vida, possuía indicadores preocupantes em relação a temas como saneamento básico, uso do solo e mobilidade, sendo grande parte desses problemas agravados em decorrência do potencial turístico da cidade (Plano de Ação Florianópolis Sustentável [PA Florianópolis], 2015). Assim, os temas priorizados para o Plano de Ação Florianópolis Sustentável foram I) gestão integrada do saneamento básico; II) vulnerabilidade a desastres naturais e mudança do clima; III) uso do solo e ordenamento territorial; IV) mobilidade/transporte; V) gestão pública moderna; VI) gestão fiscal; VII) conectividade; VIII) eficiência energética e energias renováveis (PA Florianópolis, 2015, p. 155).

De acordo com o Plano de Ação, o investimento total para a cidade de Florianópolis seria de R\$3,7 bilhões, sendo R\$186,7 milhões para a fase de pré-investimento (PA Florianópolis, 2015, p. 9), sendo a maior parte do valor total (R\$1,7 bilhões) voltado ao monitoramento do território e da mobilidade, e R\$920 milhões destinados à promoção da gestão integrada do saneamento básico (PA Florianópolis, 2015). No que se refere à fase de monitoramento, a cidade contou com o RAPI (RAPI Florianópolis, 2017) e com a POP (POP Florianópolis, 2017), destacando-se por ser a única que deu continuidade à realização do RAPI nos anos seguintes após a vigência do programa, desde 2017 até 2023 (RAPI Florianópolis, 2023).

Palmas, por sua vez, possuía desafios principalmente nas áreas de gestão pública e financeira do município, bem como competitividade

**Dantas et al. *O Banco Interamericano de Desenvolvimento como promotor de ideias e políticas no Brasil: uma análise a partir do Programa Cidades Emergentes e Sustentáveis.***

econômica, mobilidade, desigualdade urbana, saneamento básico e reciclagem (PA Palmas, 2015, p.20-23). A partir do diagnóstico realizado por especialistas e equipes técnicas da prefeitura e do BID, com apoio do Consórcio IDOM-Cobrape e Instituto Pólis, foram identificados sete temas prioritários a serem trabalhados na cidade: I) mobilidade e transporte; II) desigualdade urbana/uso do solo e ordenamento territorial; III) gestão pública moderna; IV) competitividade da economia; V) segurança; VI) energia; e VII) educação (PA Palmas, 2015, p.149).

Segundo o planejado, previa-se o gasto de aproximadamente R\$87 milhões no pré-investimento, e para a execução do Plano ao longo de doze anos estimava-se o investimento total de R\$2,31 bilhões (PA Palmas, 2015). Nesse contexto, mais da metade desse valor estava direcionado à promoção de transformações no ordenamento territorial de Palmas. No que concerne à etapa de monitoramento, Palmas contou com o RAPI (RAPI Palmas, 2017) e com a POP (POP Palmas, 2017), os quais, entretanto, não foram renovados anualmente, e tampouco foi realizada uma avaliação da implementação do programa na cidade.

Por fim, a última cidade a aderir ao programa, em 2015, foi Três Lagoas, MS (BID, 2015). Seu diagnóstico mostrou que a cidade apresentava bons índices de desenvolvimento e crescimento, entretanto, tinha desafios em temas como mobilidade, saúde e uso do solo (Plano de Ação Três Lagoas Sustentável [PA Três Lagoas], 2016). Nesse sentido, o plano de ação estabeleceu seis temas prioritários voltados ao desenvolvimento sustentável da cidade: I) saneamento e drenagem; II) mobilidade/transporte; III) saúde; IV) gestão do gasto público, impostos e autonomia financeira; V) capital humano e mercado de trabalho; e VI) desigualdade urbana, ordenamento territorial e uso do solo (Grupo RCN de Comunicação, 2016a).

Prevvia-se o investimento total de aproximadamente R\$2 bilhões para a execução do Plano ao longo de trinta anos (Grupo RCN de Comunicação, 2016b). Já que o Plano de Ação de Três Lagoas não está mais disponível publicamente, não foi possível identificar o valor de pré-investimento previsto. No que se refere ao monitoramento, embora conte com uma RMC (RMC,

**Dantas et al. *O Banco Interamericano de Desenvolvimento como promotor de ideias e políticas no Brasil: uma análise a partir do Programa Cidades Emergentes e Sustentáveis.***

2017), Três Lagoas não disponibilizou nenhum RAPI nem POP publicamente, indicando que essas ações não se concretizaram. Com base nos pontos expostos nessa seção, foi elaborado um quadro analítico comparativo sobre a implementação do CES no Brasil, conforme a Figura 2:

**Figura 2:** Implementação do Programa Cidades Emergentes e Sustentáveis no Brasil

| Fase do Programa         | Goiânia                                  | João Pessoa  | Florianópolis  | Vitória   | Palmas   | Três Lagoas                            |
|--------------------------|--|--|--|---|--|--|
| I) Análise e diagnóstico | ✓  | ✓  | ✓  | ✓   | ✓  | ✓                                      |
| II) Priorização          | ✓  | ✓  | ✓  | ✓   | ✓  | ✓                                      |
| III) Plano de Ação       | ✓  | ✓  | ✓  | ✓   | ✓  | ✓                                      |
| IV) Pré-investimento     | Não foram definidos investimentos        | R\$117 milhões;<br>Valor total previsto:<br>R\$1,37 bilhão | R\$186,7 milhões;<br>Valor total previsto:<br>R\$3,7 bilhões   | R\$132,6 milhões;<br>Valor total previsto:<br>R\$3,10 bilhões | R\$86,9 milhões<br>Valor total previsto:<br>R\$ 2,31 bilhões | Valor total previsto:<br>R\$ 2 bilhões |
| V) Monitoramento         | RMC;<br>RAPI e<br>POP realizados em 2017 | RMC;<br>RAPI e<br>POP realizados em 2017                   | RMC;<br>RAPI realizado de 2017 a 2023<br>POP realizada em 2017 | RMC;<br>RAPI e<br>POP realizados em 2017                      | RMC;<br>RAPI e<br>POP realizados em 2017                     | RMC                                    |

**Dantas et al. *O Banco Interamericano de Desenvolvimento como promotor de ideias e políticas no Brasil: uma análise a partir do Programa Cidades Emergentes e Sustentáveis.***

A partir da análise da implementação do programa CES nas cidades brasileiras, podem ser destacados alguns pontos. No que se refere aos desafios apontados na fase de diagnóstico, bem como aos temas destacados na fase de priorização, são observadas áreas semelhantes entre as cidades, como mobilidade, segurança, gestão do gasto público e mudança climática. Em relação aos Planos de Ação (PAs), a elaboração ocorreu dentro do prazo médio previsto (1 ano), possibilitando ações detalhadas com vistas a solucionar os problemas das cidades. Ou seja, no que se refere ao núcleo da metodologia, pode-se dizer que o programa em geral cumpre com o prometido.

Entretanto, as fases de pré-investimento e monitoramento foram aquelas em que foram encontradas maiores dificuldades. Nesse sentido, não foram definidos investimentos no caso de Goiânia, uma vez que a metodologia ainda estava em fase piloto à época; e tampouco foram definidos investimentos. Florianópolis, Palmas, Vitória, Três Lagoas e João Pessoa definiram pré-investimentos, destacando-se esta última cidade, cujos investimentos tiveram continuidade através do Programa João Pessoa Sustentável, seu substituto. Esse ponto será tratado em mais detalhes na próxima seção. Vale destacar que, em geral, não foi possível verificar se os investimentos previstos se concretizaram em projetos e obras de infraestrutura tangíveis nas cidades, com exceção do caso de João Pessoa.

Em relação à fase de monitoramento do programa, cinco das seis cidades, isto é, Goiânia, João Pessoa, Vitória, Florianópolis e Palmas, contaram com a realização de Relatórios de Indicadores e Pesquisas de Opinião Pública em 2017, porém, a única cidade que deu continuidade à realização do RAPI durante seis anos consecutivos, ou seja, após a vigência do programa, foi Florianópolis (RAPI Florianópolis, 2023). Ademais, não foram encontrados relatórios de Avaliação de Políticas Públicas em nenhuma das cidades, como previa a metodologia do CES.

A seguir, serão apontadas características da difusão do CES na cidade de João Pessoa, que evidenciam o papel do BID como agente promotor de políticas.

#### **4. ANÁLISE DO PROGRAMA CIDADES EMERGENTES E SUSTENTÁVEIS NO BRASIL À LUZ DA IMPLEMENTAÇÃO DO CES EM JOÃO PESSOA**

A única fonte de avaliação do Programa Cidades Emergentes e Sustentáveis (CES) encontrada foi a realizada pelo Escritório de Avaliação e Supervisão (OVE) do BID em 2016, com o objetivo fazer um balanço do trabalho da organização com as cidades emergentes por meio do CES, embora a própria instituição considerasse tal exercício prematuro naquele momento (BID, 2016a, vii).

Conforme visto nas seções anteriores, o CES foi pensado como um programa voltado ao apoio ao planejamento urbano em cidades emergentes da América Latina e do Caribe, utilizando uma metodologia multidisciplinar orientada à criação e implementação de planos de ação urbanos (BID, 2016a, vii). Do ponto de vista regional, o programa começou de forma experimental em cinco cidades<sup>18</sup> (BID, 2016a, p. 3) e, posteriormente, expandiu-se para toda a América Latina e Caribe, sendo replicado em seis países, aqueles com maior número de cidades de porte médio (BID, 2016a, viii). A avaliação mostra que, desde sua criação, em 2012, até 2016, o CES havia alcançado 71 cidades dos 26 países mutuários membros do BID, um número muito maior do que o previsto inicialmente (BID, 2016a, viii).

Os dois fatores principais apontados pela avaliação do BID (2016a, viii) para essa expansão foram a criação de fortes associações estratégicas da organização com outros bancos de desenvolvimento e setores público nacional e privado; e a forma como o programa foi desenhado, que teve ampla aceitação entre as cidades. No caso do Brasil, a expansão do CES para todas as regiões do país – que se iniciou com a fase piloto em Goiânia, em 2011, e se ampliou para três cidades diferentes em 2013, e mais duas em 2014 e 2015 – foi possibilitada por meio da formação de uma parceria do BID com a Caixa Econômica Federal (BID, 2013b), cujo aporte origina-se do Fundo Socioambiental da CAIXA (BID, 2017).

---

<sup>18</sup> Inicialmente, o programa piloto tinha apenas quatro cidades: Goiânia, Trujillo, Santa Ana e Port of Spain. Posteriormente, Montevidéu foi adicionada como uma cidade piloto (BID, 2016a, p. 43).

**Dantas et al. *O Banco Interamericano de Desenvolvimento como promotor de ideias e políticas no Brasil: uma análise a partir do Programa Cidades Emergentes e Sustentáveis.***

Em geral, com base em entrevistas qualitativas com membros da equipe e stakeholders das cidades, além da análise dos planos de ação e dos estudos financiados pelo programa, o OVE do BID chega à conclusão de que “a iniciativa parece ter atendido satisfatoriamente às necessidades das cidades participantes” (BID, 2016a, viii, tradução nossa). Nesse sentido, são enfatizados: a cooperação e a coordenação entre diferentes atores, tanto dentro quanto fora das cidades; o processo de priorização baseado em evidências; e o acesso a conhecimentos e boas práticas de outras cidades e parceiros nacionais e internacionais, bem como à assistência técnica e investimentos em infraestrutura advindos de fontes nacionais, bilaterais e multilaterais (BID, 2016a, viii).

No tocante à formação de parcerias, estas foram realizadas com mais de 70 atores do governo, academia e setor privado, dentro e fora da região (BID, 2016a, viii). A esse respeito, o OVE afirma que “a chave para o sucesso foi a flexibilidade: não houve um modelo único de parceria, e sim a busca por oportunidades de cooperação mutuamente benéficas em cada caso” (BID, 2016a, tradução nossa, viii). Por exemplo, no caso da implementação do CES no Brasil, Três Lagoas foi considerada a primeira cidade que contou com parcerias com o setor privado para o desenvolvimento do programa, como o Instituto Votorantim e a Fibria, desde a elaboração do Plano de Ação (BID, 2016b).

A cidade de João Pessoa, por sua vez, fez parcerias com: o Consórcio IDOM-Cobrape, para a realização dos Estudos de Base do Plano de Ação; a empresa coreana Korean Land & Housing Corporation (LH), para a realização de estudos de pré-viabilidade dos planos voltados à requalificação urbana; e com a empresa sueca Saab, para compor as diretrizes gerais do Centro de Cooperação da Cidade de João Pessoa (CCC) (PA JP, 2014, p. 3).

Em relação aos fatores influentes sobre a implementação da metodologia nas cidades, o apoio político e a capacidade institucional da cidade foram fatores fundamentais. João Pessoa ilustra o primeiro fator à medida que a transição para a gestão de Luciano Cartaxo no governo municipal, na qual se intensificou a paradiplomacia da cidade, fomentou seu

**Dantas et al. *O Banco Interamericano de Desenvolvimento como promotor de ideias e políticas no Brasil: uma análise a partir do Programa Cidades Emergentes e Sustentáveis.***

interesse na procura pelo BID para captação de recursos (Medeiros, 2020, p. 21).

O segundo fator é exemplificado pela participação da cidade no Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM I) em 2008 – durante o qual JP teve contato com o BID – o que, segundo Medeiros (2020, p. 20) contribuiu para a avaliação positiva da dimensão fiscal e de governabilidade da cidade em comparação com outras municipalidades consideradas pelo Programa CES.

Nesse tocante, destaca-se que cidades com experiência prévia com outras Ols e programas de governança são priorizadas, bem como aquelas com capacidades fiscal e de planejamento, dada a maior aptidão para mobilizar recursos para as prioridades do plano de ação, e a vinculação do planejamento ao orçamento público (BID, 2016a, ix). Nesse aspecto, a fase de priorização na cidade de João Pessoa foi beneficiada pela integração de propostas de políticas públicas que já estavam em andamento ou que tinham perspectivas de realização futura (PA JP, 2014, p. 81), além de que esse trabalho foi feito com o envolvimento de todas as secretarias municipais<sup>19</sup> ligadas aos temas priorizados (PA JP, 2014, p. 83).

Ainda a esse respeito, aponta-se, de modo geral, que o Banco teve uma análise limitada da capacidade institucional dos municípios para planejar e realizar atividades de pré-investimento e investimento (BID, 2016a, p. 24). Nesse sentido, estima-se que os Planos de Ação das cidades latino-americanas com aporte intermediário de recursos apresentavam operações equivalentes a 6,15 vezes os orçamentos municipais anuais (BID, 2016a, p. 25). Porém, “à medida que a metodologia evoluiu, prestou-se mais atenção aos recursos para implementar as intervenções identificadas nos Planos de Ação, embora não se tratasse de um objetivo explícito da metodologia original” (BID, 2016a, p. 27, tradução nossa).

---

<sup>19</sup> As secretarias envolvidas foram: Secretaria de Trabalho, Produção e Renda; Secretaria de Habitação Social (SEM HAB); Secretaria de Planejamento (SEPLAN); Secretaria da Receita Municipal (SEREM); Secretaria de Meio Ambiente (SEMAM); Secretaria de Finanças (SEFIN); Secretaria de Ciência e Tecnologia (SECITEC); Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de João Pessoa (SEMOB); Secretaria de Segurança Urbana e Cidadania (SEMUSB) (PA JP, 2014, p. 83).

**Dantas et al. *O Banco Interamericano de Desenvolvimento como promotor de ideias e políticas no Brasil: uma análise a partir do Programa Cidades Emergentes e Sustentáveis.***

No que se refere à manutenção das atividades planejadas no âmbito do programa, a participação ativa da sociedade civil é essencial. Um caso que exemplifica essa questão é o de Florianópolis, a única cidade brasileira contemplada pelo programa que continuou realizando o RAPI de forma anual nos anos seguintes à vigência do programa, sendo o último disponibilizado publicamente no ano de 2023 (RAPI Florianópolis, 2023). Entende-se que tal comprometimento se deve à participação ativa da sociedade civil na Rede de Monitoramento Cidadão, composta por uma variedade de atores interessados, como associações, mídia, federações, um conselho, um sindicato, uma fundação, uma consultoria, uma universidade pública, entre outros<sup>20</sup>.

Esse aspecto também levanta a questão da transparência, haja vista o frequente desconhecimento público sobre as ações propostas e implementadas no âmbito do programa. No caso de João Pessoa, por exemplo, a falta de participação e de acesso ao poder público municipal foi destacada como um dos problemas mais graves apontados pelos entrevistados para a realização da Pesquisa de Opinião Pública, havendo descontentamento com a falta de transparência e qualidade das informações disponibilizadas na internet pela prefeitura (Pesquisa de Opinião Pública João Pessoa [POP JP], 2017, p. 88).

Em termos de resultados concretos observáveis no período posterior à implementação do CES, esse é o aspecto em que o programa mais deixa a desejar. Conforme a avaliação do OVE do BID (2016a, p. 25, tradução nossa): “existe um fraco vínculo entre a lista de projetos do Plano de Ação e as implicações práticas do financiamento e da implementação”. Isto é, há um desafio na análise dos resultados posteriores ao Plano de Ação em todas as

---

<sup>20</sup> Os associados (pessoa jurídica) à Rede de Monitoramento Cidadão de Florianópolis foram: Associação de Desenvolvimento Comunitário Jurerê (ADECOM Jurerê); Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais da Grande Florianópolis (BPW Florianópolis); Associação FloripAmanhã; Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina (CAU/SC); Ferrari Consultoria e Treinamento Eireli ME (Conecta Call Center); Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC); Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Santa Catarina (FECOMERCIO); Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras (Fundação CERTI); Instituto Lixo Zero Brasil; Observatório Social de Florianópolis; Sapiens Parque S.A.; Sindicato das Indústrias da Construção Civil da Grande Florianópolis (SINDUSCON Florianópolis); Sociedade Educacional de Santa Catarina (SOCIESC); TV O Estado - Florianópolis Ltda (RIC TV Record); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (RAPI Florianópolis, 2017, p. 16).

**Dantas et al. *O Banco Interamericano de Desenvolvimento como promotor de ideias e políticas no Brasil: uma análise a partir do Programa Cidades Emergentes e Sustentáveis.***

idades, que consiste na dificuldade de verificação de projetos, programas e políticas implementados como resultado direto do CES.

E mesmo quando são identificadas pretensões de novas iniciativas e programas a serem desenvolvidos pelas prefeituras relacionadas ao desenvolvimento sustentável, não fica clara a relação desses novos empreendimentos com a prévia adesão das cidades ao CES. Nesse aspecto, o caso de João Pessoa contrasta com os demais, uma vez que, apesar do término do CES, observa-se que o BID e a cidade de João Pessoa mantiveram suas relações de proximidade a partir da criação do Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado e Sustentável de João Pessoa – conhecido como Programa João Pessoa Sustentável.

Autorizado em 2018, no valor total de US\$ 200 milhões, inicialmente com 50% de empréstimo do BID e 50% de contrapartida local, o programa supracitado foi criado com o objetivo de promover o desenvolvimento social, econômico e ambiental da cidade por meio de 90 ações voltadas para a redução das desigualdades e para a modernização dos instrumentos de planejamento urbano, da prestação de serviços e da administração pública e fiscal (Prefeitura Municipal de João Pessoa [PMJP], 2021; PMJP, 2023a).

Nota-se que antes da autorização do empréstimo que viabilizou o Programa JP Sustentável, este já estava previsto no Plano de Ação João Pessoa Sustentável, em razão de apresentar total aderência aos temas priorizados pelo CES, permitindo a continuidade de diversas de suas ações (PA JP, 2014), como a elaboração do Plano de Descarbonização e Adaptação Climática<sup>21</sup>; e a construção de: três conjuntos habitacionais para reassentar oito comunidades que vivem às margens do Rio Jaguaribe; do novo Parque Socioambiental do Róger, no lugar de um antigo lixão; e do Centro de Cooperação da Cidade (CCC) (PMJP, 2023b).

Em relação ao monitoramento do Programa JP Sustentável, o BID faz a revisão de seu cronograma e planejamento financeiro semestralmente, realizando visitas presenciais desde junho de 2022, nas quais a Unidade

---

<sup>21</sup> Finalizado em junho e apresentado pelo prefeito Cícero Lucena na primeira edição do evento “Reflexões sobre o futuro das cidades”, organizado pela Frente Nacional dos Prefeitos (FNP), em 01/06/2023, na cidade de João Pessoa (PMJP, 2023b, 2023c).

**Dantas et al. *O Banco Interamericano de Desenvolvimento como promotor de ideias e políticas no Brasil: uma análise a partir do Programa Cidades Emergentes e Sustentáveis.***

Executora do Programa (UEP) é responsável por apresentar ao Banco todas as ações desenvolvidas em sua gestão (PMJP, 2021b). Devido ao atraso na elegibilidade do contrato e à ocorrência da pandemia de Covid-19, houve retardamento da execução do programa (Pleito Contrato de Empréstimo, 2022), o qual teve alteração de seu prazo de encerramento de 20 de junho de 2024 para 20 de junho de 2026 (PMJP, [2025]). Ademais, conforme o Instrumento de Alteração Contratual (2023), houve a redução do aporte local de US\$100 milhões para US\$59,4 milhões, correspondendo a um novo *pari passu* de 63% para o BID e 37% para a prefeitura. O primeiro desembolso realizado pelo programa foi realizado em 15 de janeiro de 2020 e até o presente momento, o valor total acumulado na implementação do programa alcançou o patamar de US\$17,5 milhões, correspondendo a R\$84,5 milhões. (PMJP, [2025]).

Porém, apesar da continuidade de projetos sustentáveis a partir do Programa João Pessoa Sustentável, durante o período previsto de quatro anos de sua implementação, observa-se que, em geral, há pouca ou nenhuma mudança do cenário da cidade após sua adesão ao CES, como indicam os resultados do RAPI e da POP de João Pessoa, realizados em 2017. Assim, para analisar quaisquer resultados tangíveis, são necessárias uma visão a longo prazo e o comprometimento da prefeitura em levar adiante as ações propostas no âmbito do programa JP Sustentável.

Por fim, outro ponto de crítica do CES é a falta de flexibilidade do padrão metodológico do programa, que não parece se adequar às necessidades específicas das cidades, que possuem características distintas, a exemplo da capacidade financeira (Idárraga, 2020; Oliveira, 2016, p. 58). Um exemplo dessa falta de flexibilidade visto na cidade de João Pessoa é que para a realização do questionário da POP JP, elaborado pelo BID, foram utilizadas as mesmas perguntas e categorias de respostas em todas as outras cidades da América Latina e Caribe onde o CES esteve em vigência, sendo realizadas apenas adaptações de linguagem, quando necessário, e inclusão de algumas perguntas relacionadas à percepção do cidadão sobre qualidade de vida (POP JP, 2017, p. 24).

**Dantas et al. *O Banco Interamericano de Desenvolvimento como promotor de ideias e políticas no Brasil: uma análise a partir do Programa Cidades Emergentes e Sustentáveis.***

Em síntese, um balanço geral do CES permite dizer que o núcleo da metodologia foi cumprido no prazo previsto de aplicação, isto é, um ano. Por intermédio do programa, o poder público municipal foi beneficiado pelo fornecimento de estudos transversais sobre múltiplos temas, realizados por atores privados, públicos e filantrópicos. Nesse sentido, o CES atingiu sua pretensão de guiar a definição, implementação e operacionalização de políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável de cidades médias e emergentes, sendo a sua maior contribuição às cidades fornecer um plano de ação para solucionar seus problemas. Porém, faz-se cabível refletir sobre a falta de resultados concretos como consequência das ações planejadas no âmbito do programa. Na próxima seção, serão trazidas as considerações finais do artigo.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O artigo buscou compreender o papel do BID na promoção do Programa Cidades Emergentes e Sustentáveis (CES) no Brasil, investigando como se deu a implementação do programa nas seis cidades brasileiras que o adotaram e quais foram seus resultados. Foi confirmada a hipótese inicial de que o BID tem influenciado as políticas públicas das cidades envolvidas no CES, através da difusão de uma metodologia de ação padronizada, mas sem a devida contextualização local ou avaliação de resultados alcançados pelo programa.

A rápida expansão do programa no Brasil, alcançando seis cidades no país, demonstra a legitimidade que o BID tem na região, bem como a sua capacidade de estimular a circulação de ideias e políticas, porém, muitas vezes, sem uma revisão criteriosa sobre a adequação do programa ao contexto local, ou do monitoramento e avaliação das ações propostas. Os fatores essenciais para a implementação do programa nas cidades foram o apoio político municipal e a capacidade institucional das cidades. Nesse sentido, as cidades que tinham relação prévia com o BID e capacidade fiscal e de planejamento, como João Pessoa, foram favorecidas em relação a outras cidades médias e emergentes.

Os benefícios do programa são sentidos pelas cidades na forma da elaboração de um Plano de Ação em resposta aos problemas urbanos

**Dantas et al. O Banco Interamericano de Desenvolvimento como promotor de ideias e políticas no Brasil: uma análise a partir do Programa Cidades Emergentes e Sustentáveis.**

enfrentados. Nesse aspecto, o CES funciona como uma porta de acesso a investimentos, principalmente em infraestrutura, advindos de bancos multilaterais de desenvolvimento como o BID, e da CAIXA, considerada a maior financiadora imobiliária do país. De fato, foi a parceria entre essas duas instituições que possibilitou a rápida expansão do programa por várias cidades do Brasil, considerando que os investimentos previstos nos Planos de Ação ultrapassavam os orçamentos municipais previstos.

No entanto, tornou-se evidente o papel do BID como influenciador e modelador da agenda política dos municípios brasileiros que aderiram ao CES. Em razão de seu reconhecimento enquanto organização internacional e sua autoridade e legitimidade como gerador de conhecimento e promotor de desenvolvimento urbano e sustentável na região latino-americana, seus programas são disseminados como modelos a serem seguidos, de modo que o Banco se propõe a auxiliar governos municipais a descobrirem as suas próprias necessidades.

A principal lacuna do CES, por sua vez, é a falta de avaliação e monitoramento do programa, gerando a dificuldade de sua continuidade na maioria das cidades, com exceção de João Pessoa. Além disso, também se verifica a dependência das cidades em relação ao Banco, visto que os Planos de Investimento, contidos nos Planos de Ação das cidades, requeriam grandes gastos para cumprimento das ações propostas, implicando a contratação de empréstimos do Banco por parte das prefeituras.

Por fim, é necessário relatar as limitações ao longo do desenvolvimento desta pesquisa. Ressalta-se a notória dificuldade em encontrar dados atualizados sobre o CES nas diferentes cidades, principalmente no que se refere às fases de investimento e monitoramento. Outrossim, quando eram identificadas informações sobre programas sendo empreendidos pela prefeitura, não havia clareza se estes refletiam uma continuidade das ações previstas no Plano de Ação ou se eram iniciativas *ad hoc*, o que demonstra ausência de transparência.

A partir da análise do programa em cada cidade brasileira, conclui-se que a adesão por parte de diversas prefeituras brasileiras ao CES demonstra

**Dantas et al. *O Banco Interamericano de Desenvolvimento como promotor de ideias e políticas no Brasil: uma análise a partir do Programa Cidades Emergentes e Sustentáveis.***

que o BID foi bem-sucedido em influenciar políticas públicas municipais no país. Recomenda-se o aprimoramento da metodologia e dos estudos para abarcar as particularidades locais, os resultados subsequentes ao Plano de Ação e a compatibilidade dos investimentos com a realidade das cidades e as reais necessidades sociais. Igualmente, são necessárias formas de monitoramento e avaliação mais eficazes, incluindo uma participação mais ativa por parte da sociedade civil.

## REFERÊNCIAS

Andrade, R. O. (2017). *O BID como ator internacional no fomento de políticas públicas para cidades e municípios: uma análise sobre a Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis em João Pessoa.* (Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa). Recuperado em 08 setembro, 2023.  
<https://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/15741/1/PDF%20-%20Rafael%20Oliveira%20Andrade.pdf>.

Ardila, D. S. (2020). Global policies for moving cities: the role of think tanks in the proliferation of Bus Rapid Transit systems in Latin America and worldwide. *Policy and Society*, 39(1), 70-90. Recuperado em 31 agosto, 2023.  
<https://academic.oup.com/policyandsociety/article/39/1/70/6403965>.

Banco Interamericano de Desenvolvimento. (2012, 26 de junho). *BID e Caixa Econômica Federal assinam memorando de entendimento para promover o desenvolvimento social.* Comunicados de imprensa. Recuperado em 01 setembro, 2023.  
<https://www.iadb.org/pt/noticias/comunicados-de-imprensa/2012-06-26/caixa-e-bid-firmam-parceria-para-desenvolvimento-social,10047.html>.

Banco Interamericano de Desenvolvimento. (2013a, 25 de fevereiro). *CAIXA vai atuar na Iniciativa de Cidades Emergentes e Sustentáveis do BID.* Comunicados de imprensa. Recuperado em 01 setembro, 2023.  
<https://www.iadb.org/pt/noticias/comunicados-de-imprensa/2013-02-25/cidades-sustentaveis-no-brasil%2C10341.html>.

Banco Interamericano de Desenvolvimento. (2013b, 11 de junho). *Iniciativa de cidades emergentes e sustentáveis do BID se amplia no Brasil.* Comunicados de imprensa. Recuperado em 01 setembro, 2023.  
<https://www.iadb.org/pt/noticias/iniciativa-de-cidades-emergentes-e-sustentaveis-do-bid-se-amplia-no-brasil>.

Banco Interamericano de Desenvolvimento. (2013c, 11 de setembro). *Florianópolis, Palmas e Vitória se unem à Iniciativa de Cidades Emergentes e*

**Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais, v. 9, n. 2, jul/dez. 2024, pp. 153-186.**

**Dantas et al. O Banco Interamericano de Desenvolvimento como promotor de ideias e políticas no Brasil: uma análise a partir do Programa Cidades Emergentes e Sustentáveis.**

*Sustentáveis do BID.* Comunicados de imprensa. Recuperado em 01 setembro, 2023.

<https://www.iadb.org/pt/noticias/florianopolis-palmas-e-vitoria-se-unem-iniciativa-de-cidades-emergentes-e-sustentaveis-do>.

Banco Interamericano de Desenvolvimento. (2015, 16 de dezembro). *BID e Instituto Votorantim lançam Três Lagoas como a sexta cidade a participar da ICES no Brasil.* Comunicados de imprensa. Recuperado em 01 setembro, 2023.

<https://www.iadb.org/pt/noticias/bid-e-instituto-votorantim-lancam-tres-lagoas-como-sexta-cidade-participar-da-ices-no>.

Banco Interamericano de Desenvolvimento. (2016a, Outubro). *Evaluación de la Iniciativa Cidades Emergentes y Sostenibles del BID.* Washington, DC. Oficina de Evaluación y Supervisión. Recuperado em 09 setembro. <https://publications.iadb.org/publications/spanish/document/Evaluaci%C3%B3n-de-la-Iniciativa-Ciudades-Emergentes-y-Sostenibles-del-BID.pdf>.

Banco Interamericano de Desenvolvimento. (2016b, 16 de dezembro). *Plano de Ação Três Lagoas Sustentável é lançado com apoio do BID em parceria com o setor privado.* Comunicados de imprensa. Recuperado em 23 maio, 2023. <https://www.iadb.org/pt-br/noticias/bid-e-instituto-votorantim-lancam-tres-lagoas-como-sexta-cidade-participar-da-ices-no>.

Banco Interamericano de Desenvolvimento. (2017, 20 de março). *Capitais brasileiras fundarão redes de monitoramento cidadão.* Comunicados de imprensa. Recuperado em 31 agosto, 2023. <https://www.iadb.org/pt-br/noticias/capitais-brasileiras-fundarao-redes-de-monitoramento-cidadao>.

Banco Interamericano de Desenvolvimento. (2022). *Annual Report 2022: Financial Statements.* Recuperado em 09 setembro, 2023. <https://www.iadb.org/document.cfm?id=EZIDB0000550-1177496895-579>.

Banco Interamericano de Desenvolvimento. (2023a). *Conheça o BID.* Sobre o BID. Recuperado em 09 setembro, 2023. <https://www.iadb.org/pt/sobre-o-bid/visao-geral>.

Banco Interamericano de Desenvolvimento. (2023b). *IDB Projects.* Projetos. Recuperado em 09 setembro, 2023. <https://www.iadb.org/pt/sobre-o-bid/operacoes-%2C6078.html>.

Banco Interamericano de Desenvolvimento. (2025). Recuperado em 18 maio, 2025. <https://www.iadb.org/pt-br/quem-somos/sobre-o-bid>.

Banco Interamericano de Desenvolvimento (2025). *Relatório Anual 2024 do Banco Interamericano de Desenvolvimento: Resenha do ano.* Recuperado em 19 maio, 2025. <https://doi.org/10.18235/0013482>.

**Dantas et al. *O Banco Interamericano de Desenvolvimento como promotor de ideias e políticas no Brasil: uma análise a partir do Programa Cidades Emergentes e Sustentáveis.***

Barnett, M. N., Finnemore, M. (1999). The Politics, Power, and Pathologies of International Organizations. *International Organization*, 53(4), 699-732. Recuperado em 31 agosto, 2023. [https://home.gwu.edu/~finnemor/articles/1999\\_ios\\_io.pdf](https://home.gwu.edu/~finnemor/articles/1999_ios_io.pdf).

Bull, Benedicte; Bøaås, Morten. (2003). Multilateral Development Banks as Regionalising Actors: The Asian Development Bank and the Inter-American Development Bank. *New Political Economy*, 8:2, 245-26.

Dolowitz, D. P., Marsh, D. (2000). Learning from Abroad: The Role of Policy Transfer in Contemporary Policy-Making. *Governance*, 13(1), 5-24. Recuperado em 31 agosto, 2023, de [https://www.academia.edu/12712793/Learning\\_from\\_Abroad\\_The\\_Role\\_of\\_Policy\\_Transfer\\_in\\_Contemporary\\_Policy\\_Making](https://www.academia.edu/12712793/Learning_from_Abroad_The_Role_of_Policy_Transfer_in_Contemporary_Policy_Making).

Faria, C. A. P. (2018). *Políticas Públicas e Relações Internacionais*. Brasília: ENAP.

FloripAmanhã. (2022, 14 de julho). *Empréstimo Junto ao BID para Educação*. Recuperado em 01 setembro, 2023. <https://floripamanha.org/2022/07/emprestimo-junto-ao-bid-para-educacao/>.

GEORGE, Alexander; BENNETT, Andrew. (2005). *Case Studies and Theory Development in the Social Sciences*. Cambridge Ma, MIT Press.

Grupo RCN de Comunicação. (2016a, 27 dezembro). *Plano de Ação Três Lagoas Sustentável: uma conquista para um futuro melhor*. Recuperado em 24 maio, 2025. <https://www.rcn67.com.br/tres-lagoas/plano-de-acao-tres-lagoas-sustentavel-uma-conquista-para-um-futuro-mel/>.

Grupo RCN de Comunicação. (2016b, 17 dezembro). *Plano aponta que Três Lagoas precisa de R\$ 2 bilhões para se desenvolver*. Recuperado em 24 maio, 2025. <https://www.rcn67.com.br/tres-lagoas/plano-aponta-que-tres-lagoas-precisa-de-r-2-bilhoes-para-se-desenvolve/>.

Hadjiisky, M. (2021). International organizations as complex agents in policy transfer processes. In Oliveira, O. P. (Ed.), *Handbook of Policy Transfer, Diffusion and Circulation* (Cap. 7, pp. 121-154). Massachusetts: Edward Elgar.

Hemeroteca Energos. (2006, 04 de abril). *Movimentos Sociais divulgam propostas para projeto popular brasileiro*. Adaptado de Agência Brasil. Recuperado em 01 setembro, 2023. [http://www.iq.ufrgs.br/aeq/energoss/Hemeroteca/pop/Popul\\_6.htm](http://www.iq.ufrgs.br/aeq/energoss/Hemeroteca/pop/Popul_6.htm).

Michael Howlett; M. Ramesh; Anthony Perl. (2013). *Política pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integradora*. Trad. Francisco G. Heidemann. Rio de Janeiro: Elsevier.

**Dantas et al. O Banco Interamericano de Desenvolvimento como promotor de ideias e políticas no Brasil: uma análise a partir do Programa Cidades Emergentes e Sustentáveis.**

Idárraga, S. M. (2020). *Analyzing Sustainable And Emerging Cities: The Inter-American Development Bank And Spatial Transformations*. (Tese de Doutorado, Universidade de Luxemburgo. Luxemburgo).

*Instrumento de Alteração Contratual entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Município de João Pessoa com garantia da República Federativa do Brasil*. (2023, 9 de fevereiro). Contrato de Empréstimo 4444/OC-BR Alteração No. 1. Recuperado em 08 setembro, 2023. <https://jpsustentavel.joaopessoa.pb.gov.br/wp-content/uploads/2023/04/1o-Alteracao.pdf>.

Medeiros, P. E. A. (2020). *A agenda internacional das cidades brasileiras: o caso da cidade de João Pessoa*. (Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa). Recuperado em 31 agosto, 2023. <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/18808/1/PEAM18122020.pdf>.

Montero, S. (2017). Persuasive Practitioners and the Art of Simplification. Mobilizing the Bogotá Model through Storytelling. *Novos Estudos - CEBRAP* 36(01), 59-76.

Nelson, P. (2000). Whose Governance? Decisionmaking and Practice in the New Agenda at the Inter-American Development Bank and the World Bank. *Global Governance*, 6(4), 405-431. Recuperado em 31 agosto, 2023. <https://www.jstor.org/stable/27800274>.

Oliveira, I. F. (2016). *O papel das organizações internacionais na disseminação de políticas públicas: o caso do BID e a ICES no município de João Pessoa*. (Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa). Recuperado em 31 agosto, 2023. <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/1677>.

Oliveira, O. P., & Pal, L. A. (2018). Novas fronteiras e direções na pesquisa sobre transferência, difusão e circulação de políticas públicas: agentes, espaços, resistência e traduções. *Revista de Administração Pública*, 52(2), 199-220. Recuperado em 31 agosto, 2023. <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/74659/71499>.

*Pesquisa de Opinião Pública Florianópolis*. (2017). Recuperado em 31 agosto, 2023. [https://via.ufsc.br/wp-content/uploads/2017/12/POP\\_RMC-Florianopolis\\_issuu.pdf](https://via.ufsc.br/wp-content/uploads/2017/12/POP_RMC-Florianopolis_issuu.pdf).

*Pesquisa de Opinião Pública Goiânia*. (2017). Recuperado em 31 agosto, 2023. [https://issuu.com/redeveracidade/docs/pop\\_veracidade\\_goi\\_nia](https://issuu.com/redeveracidade/docs/pop_veracidade_goi_nia).

**Dantas et al. *O Banco Interamericano de Desenvolvimento como promotor de ideias e políticas no Brasil: uma análise a partir do Programa Cidades Emergentes e Sustentáveis.***

*Pesquisa de Opinião Pública João Pessoa.* (2017). Recuperado em 31 agosto, 2023. [https://www.ufpb.br/npds/contents/documentos/pop\\_jp-ices.pdf](https://www.ufpb.br/npds/contents/documentos/pop_jp-ices.pdf).

*Pesquisa de Opinião Pública Palmas.* (2017). Recuperado em 31 agosto, 2023. [https://issuu.com/redeveracidade/docs/pop\\_veracidade\\_palmas](https://issuu.com/redeveracidade/docs/pop_veracidade_palmas).

*Pesquisa de Opinião Pública Vitória.* (2017). Recuperado em 31 agosto, 2023. [https://issuu.com/redeveracidade/docs/pop\\_veracidade\\_vit\\_ria](https://issuu.com/redeveracidade/docs/pop_veracidade_vit_ria).

*Plano de Ação Florianópolis Sustentável.* (2015). Recuperado em 31 agosto, 2023. [https://strapi.redeplanejamento.pmf.sc.gov.br/uploads/2022\\_10\\_06\\_15\\_00\\_24\\_Florianopolis\\_Sustentavel\\_81306b7117.pdf](https://strapi.redeplanejamento.pmf.sc.gov.br/uploads/2022_10_06_15_00_24_Florianopolis_Sustentavel_81306b7117.pdf).

*Plano de Ação Goiânia Sustentável.* (2011). Recuperado em 31 agosto, 2023. <https://webimages.iadb.org/PDF/Goiania++Action+Plan.pdf>.

*Plano de Ação João Pessoa Sustentável.* (2014). Recuperado em 31 agosto, 2023. <https://webimages.iadb.org/PDF/Joao+Pessoa+Action+Plan.pdf>.

*Plano de Ação Palmas Sustentável.* (2015). Recuperado em 31 agosto, 2023. [https://polis.org.br/wp-content/uploads/2015/07/PA-Palmas-Sustentavel\\_FINAL\\_low-1.pdf](https://polis.org.br/wp-content/uploads/2015/07/PA-Palmas-Sustentavel_FINAL_low-1.pdf).

*Plano de Ação Três Lagoas Sustentável.* (2016). Recuperado em 31 agosto, 2023. [https://issuu.com/treslagoassustentavel/docs/plano-de-acao-tres-lagoas-low\\_\\_1\\_](https://issuu.com/treslagoassustentavel/docs/plano-de-acao-tres-lagoas-low__1_).

*Plano de Ação Vitória Sustentável.* (2015). Recuperado em 31 agosto, 2023. [https://polis.org.br/wp-content/uploads/2015/07/Plano-de-Acao-Vitoria-Sustentavel-baixa\\_compressed.pdf](https://polis.org.br/wp-content/uploads/2015/07/Plano-de-Acao-Vitoria-Sustentavel-baixa_compressed.pdf).

Prefeitura Municipal de João Pessoa. (2021a, 29 de janeiro). *Cícero Lucena abre primeira reunião do Comitê Gestor pelo desenvolvimento sustentável de João Pessoa.* Mãos à obra. Notícias. Recuperado em 31 agosto, 2023. <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/cicero-lucena-abre-primeira-reuniao-do-comite-gestor-pelo-desenvolvimento-sustentavel-de-joao-pessoa/>.

Prefeitura Municipal de João Pessoa. (2021b, 12 de maio). *Programa João Pessoa Sustentável avança e Prefeitura renova carteira de U\$ 200 milhões com o BID até 2024.* Notícias. Investimento. Recuperado em 01 setembro, 2023. <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/secretarias-e-orgaos/programa-joao-pessoa-sustentavel-avanca-e-prefeitura-renova-carteira-de-u-200-milhoes-com-o-bid-ate-2024/>.

Prefeitura Municipal de João Pessoa. (2023a, 10 de fevereiro). *Avanços e planejamento. Cícero Lucena recebe equipe do BID para balanço das ações de monitoramento do JP Sustentável.* Notícias. Avanços e Planejamento.

**Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais, v. 9, n. 2, jul/dez. 2024, pp. 153-186.**

**Dantas et al. O Banco Interamericano de Desenvolvimento como promotor de ideias e políticas no Brasil: uma análise a partir do Programa Cidades Emergentes e Sustentáveis.**

Recuperado em 31 agosto, 2023.  
<https://www.joaopessoa.pb.gov.br/joao-pessoa-sustentavel/cicero-lucena-receb-e-equipe-do-bid-para-balanco-das-aco-es-de-monitoramento-do-jp-sustentavel/>.

Prefeitura Municipal de João Pessoa. (2023b, 14 de julho). *João Pessoa Sustentável avança no desenvolvimento urbano com economia superior a US\$ 40 milhões. Notícias. Gestão Pública.* Recuperado em 06 setembro, 2023. <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/joao-pessoa-sustentavel/joao-pessoa-sustentavel-avanca-no-desenvolvimento-urbano-com-economia-superior-a-us-40-milhoes/>.

Prefeitura Municipal de João Pessoa. (2023c, 01 de junho). *Meio Ambiente. Cícero Lucena fala sobre Plano de Ação Climática de João Pessoa durante encontro da FNP. Notícias. Meio Ambiente.* Recuperado em 01 setembro, 2023. <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/secretarias-e-orgaos/gapre-noticias/cicero-lucena-fala-sobre-plano-de-acao-climatica-de-joao-pessoa-durante-encontro-da-fnp/>.

Prefeitura Municipal de João Pessoa. (2025). *O Programa.* Recuperado em 23 maio, 2025. <https://jpsustentavel.joaopessoa.pb.gov.br/o-programa/>.

Prefeitura Municipal de Palmas. (2017, 17 de março). *Rede de Monitoramento Cidadão é instalada em Palmas.* Recuperado em 9 setembro, 2023. <https://www.palmas.to.gov.br/portal/noticias/rede-de-monitoramento-cidadao-e-instalada-em-palmas/5985/>.

*Relatório Anual de Progresso dos Indicadores Florianópolis.* (2017). Recuperado em 9 setembro, 2023. <https://materiais.floripamanha.org/relatorio-indicadores-florianopolis-2017>.

*Relatório Anual de Progresso dos Indicadores Florianópolis.* (2023). Recuperado em 24 maio, 2025. <https://materiais.floripamanha.org/relatorio-indicadores-florianopolis-2017>.

*Relatório Anual de Progresso dos Indicadores Goiânia.* (2017). Recuperado em 9 setembro, 2023. [https://issuu.com/redeveracidade/docs/rapi\\_veracidade\\_goi\\_nia](https://issuu.com/redeveracidade/docs/rapi_veracidade_goi_nia).

*Relatório Anual de Progresso dos Indicadores João Pessoa.* (2017). Recuperado em 31 agosto, 2023. [https://www.ufpb.br/npds/contents/documentos/rapi\\_jp-ices.pdf](https://www.ufpb.br/npds/contents/documentos/rapi_jp-ices.pdf).

*Relatório Anual de Progresso dos Indicadores Palmas.* (2017). Recuperado em 31 agosto, 2023, de [https://issuu.com/redeveracidade/docs/rapi\\_veracidade\\_palmas](https://issuu.com/redeveracidade/docs/rapi_veracidade_palmas).

*Relatório Anual de Progresso dos Indicadores Vitória.* (2017). Recuperado em 31 agosto, 2023. <https://observavix.vitoria.es.gov.br/Arquivo/253>.

**Dantas et al. O Banco Interamericano de Desenvolvimento como promotor de ideias e políticas no Brasil: uma análise a partir do Programa Cidades Emergentes e Sustentáveis.**

Rede de Monitoramento Cidadão de Três Lagoas - MS. (2017, 29 de agosto). *Rede de Monitoramento Cidadão de Três Lagoas - MS está se sentindo esperançoso em Três Lagoas, Mato Grosso do Sul* [Atualização do status do Facebook]. Recuperado em 9 setembro, 2023. [https://www.facebook.com/RMCdeTresLagoas?locale=es\\_LA](https://www.facebook.com/RMCdeTresLagoas?locale=es_LA).

Rede Jubileu Sul Brasil. (2020, 9 de novembro). *Organizações articulam mobilização dos afetados e afetadas pelo BID*. Recuperado em 09 setembro, 2023. <https://jubileusul.org.br/noticias/organizacoes-articulam-mobilizacao-dos-afetados-e-afetadas-pelo-bid/>.

Saraiva, C., Jajamovich, G., & Silvestre, G. (2021). Circulations of planning ideas and urban policy mobilities in Latin America. In Oliveira, O. P. (Ed.), *Handbook of Policy Transfer, Diffusion and Circulation* (Cap. 14, pp. 278-297). Massachusetts: Edward Elgar.

Stone, D. L. (2000, janeiro). Non-Governmental Policy Transfer: The Strategies of Independent Policy Institutes. *Governance*, 13(1), 45-70. Recuperado em 31 agosto, 2023. [https://www.academia.edu/1805902/Non\\_Governmental\\_Policy\\_Transfer\\_The\\_Strategies\\_of\\_Independent\\_Policy\\_Institutes](https://www.academia.edu/1805902/Non_Governmental_Policy_Transfer_The_Strategies_of_Independent_Policy_Institutes).

Stone, D., Oliveira, O. P. , & Pal, L. A. (2020). Transnational policy transfer: the circulation of ideas, power and development models. *Policy and Society*, 39(1), 1-18. Recuperado em 31 agosto, 2023. <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14494035.2019.1619325>.

Stone, D., Pal, L. A., & Oliveira, O. P. (2021). Private consultants and policy advisory organizations: a blind spot on policy transfer research. In Oliveira, O. P. (Ed.), *Handbook of Policy Transfer, Diffusion and Circulation* (Cap. 9, pp. 173-195). Massachusetts: Edward Elgar.

Universidade Luterana do Brasil — Palmas. (2017, 20 de novembro). *Apresentação dos Indicadores de Sustentabilidade Urbana e Resultados da Pesquisa de Opinião Pública*. Recuperado em 09 setembro, 2023. <https://ulbra-to.br/cursos/arquitetura-e-urbanismo/noticia/2017/11/20/Apresentacao-dos-Indicadores-de-Sustentabilidade-Urbana-e-Resultados-da-Pesquisa-de-Opinioao-Publica>.